



A Defesa da Fuga como Expressão do Pragmatismo Jesuíta: A missão japonesa e a Apologia de Sebastião Gonçalves

Renata Cabral Bernabé¹

Introdução e contextualização

O tema que propus para essa apresentação se insere na problemática da querela entre jesuítas e franciscanos acerca da missão japonesa, mais precisamente na primeira fase dessa longa querela, a qual perdurou até o encerramento da missão, com a expulsão dos portugueses do Japão, em 1639.

Os jesuítas, que estavam no Japão desde a chegada de Francisco Xavier, em 1549, possuíam o monopólio *de facto* da missão, mas temiam a entrada de outras ordens católicas, algo que se fazia cada vez mais plausível com a aproximação dos mendicantes através da rota espanhola (pela América) e colonização das Filipinas. A necessidade do monopólio da Companhia de Jesus sobre a missão japonesa foi defendida e justificada pelo Visitador das Índias Orientais, Alessandro Valignano, o qual afirmava basicamente que a contrariedade entre os costumes de Europa e Japão, a falta de jurisdição dos religiosos em solo japonês, a falta de fundos que sustentassem muitos missionários e a já conhecida disputa entre diferentes ordens mostravam a necessidade de tal monopólio, ao menos inicialmente.²

Em 1585, a Companhia de Jesus conseguiu oficializar seu monopólio sobre a missão japonesa através do breve *Ex pastoralis officio*, assinado por Gregório XIII. Felipe II, àquela altura também rei de Portugal, confirmou o breve e, em abril do ano seguinte, o vice-rei da Índia, Dom Duarte de Menezes, publicou uma cédula do monarca espanhol que fora lida e endereçada, assim como ao capitão maior da China, Diego Montero, na qual reafirmava tal proibição.³

Contudo, esse breve passou a ser questionado depois que, em 1587, o general japonês que vinha comandando a reunificação do arquipélago, Toyotomi Hideyoshi, assinou um édito que expulsava os missionários cristãos do Japão. Uma vez que a

¹ Doutoranda do programa de História Social da Universidade de São Paulo e bolsista Fapesp.

² VALIGNANO, Alejandro. Sumario de las cosas de Japon, Jorge Alvarez-Taladriz (ed.), *Monumenta Nipponica Monographs*, no. 9, Tokyo: Sophia University, 1954.

³ *Cedula del rey don Phelipe II por carta suya de Abril de 1586 para que no entren en Japon en otros Religiosos que los de la Compañía de Jesús*, In: ARSI, *Jap. Sin.* 27, folio 8-8v.



Companhia de Jesus era a única ordem com obreiros no Japão, os mendicantes defendiam que outras ordens deveriam socorrer a cristandade japonesa, já que os jesuítas haviam sido expulsos.

A grande chance de uma entrada no Japão para os frades, assim como para os espanhóis, se deu pouco depois disso, em 1592, quando chegou a Manila, capital das Filipinas, uma suposta embaixada de Hideyoshi, comandada por um comerciante japonês chamado Harada Magoshiro (ou Faranda, como aparece nos documentos), carregando uma carta do líder japonês endereçada ao governador das Filipinas.

Harada chegou em Manila em maio de 1592 e logo foi recebido pelo governador, Gomez Perez Dasmariñas. No entanto, uma vez que a carta que o embaixador portava estava escrita em caracteres chineses, Dasmariñas encarregou tanto o portador da carta quanto o frade Juan Cobo, pela tradução da mesma. Cobo era um frade dominicano que chegara a Manila, em 1588. Lá fora designado para o ministério dos chineses, período no qual se dedicou ao estudo da língua e seus caracteres⁴. Segundo a tradução de Cobo, Hideyoshi exigia vassalagem por parte do governador das Filipinas.

Preocupado com uma possível invasão de Manila, sendo a cidade fracamente fortificada, Dasmariñas resolveu enviar uma embaixada ao general japonês encabeçada pelo frade dominicano, com uma resposta na qual dizia que por falta de intérprete não entendera bem o significado da carta e que possuía dúvidas acerca da autenticidade da embaixada, por não ser Harada pessoa de alto prestígio, mas que, ainda assim, desejava boa correspondência e amizade com tão grande príncipe e reino vizinho.

A embaixada de Cobo foi recebida por Hideyoshi, mas seu relato, assim como os papéis que ele trazia de volta para Manila, afundou com ele no navio no caminho de volta, perto da ilha de Formosa.

Foi então que uma segunda embaixada foi formada. Contudo, seu caráter era bastante diferenciado da primeira. Fica bem claro que a intenção desta era não somente responder a comitiva de Harada de 1592, mas também fundar uma missão franciscana no Japão. As razões que nos levam a essa conclusão são três: primeiro, a embaixada não apenas fora encabeçada por um franciscano, Pedro Batista, mas este fora acompanhado de outros três frades, Bartolomeu Ruiz, Francisco de San Miguel e Gonzalo Garcia;

⁴ ARNAIZ, Gregorio, Observaciones sobre la Embajada del Dominico P. Juan Cobo, *Monumenta Nipponica*, Vol. 2, núm. 2 (Julho, 1939), pp. 634-637.



segundo, antes de partirem, uma junta de teólogos se reunira em Manila e um documento intitulado *Parecer acerca da invalidade do breve de Gregório XIII*⁵ foi escrito, de forma a justificar a desobediência dos frades a uma ordem papal; terceiro, porque Batista e seus companheiros foram com a intenção de ficar no Japão após a visita a Hideyoshi, pois quem deveria retornar com a resposta para Manila era o capitão espanhol, Pedro Gonzáles de Carvajal.

Hideyoshi recebeu os frades em Nagoya e, interessado em iniciar negócios com os espanhóis e forçar uma concorrência para os portugueses mercadores de Macau, lhes cedeu um terreno na capital, Miyako. Estava oficialmente iniciada a missão franciscana no Japão.

Convivência entre as ordens no Japão – primeira fase

Até 1597, data do primeiro grande martírio cristão no Japão, os franciscanos já tinham feito algumas centenas de cristãos no Japão e possuíam casas em três cidades: Miyako, Osaka e Nagasaki. A missão franciscana corria bem, até que em 1596 o galeão espanhol San Felipe, que ia de Manila à Nova Espanha, rompeu seu casco na costa japonesa de Tosa. Hideyoshi, que acumulava enormes perdas financeiras desde as investidas infrutíferas que fizera na Coréia, decidiu confiscar a carga do navio e ainda prendeu os frades, junto de alguns dos seus ajudantes japoneses, sentenciando-os a morte, acusando-os de proselitismo cristão, algo que proibira desde 1587.

Nessa primeira fase de convivência entre jesuítas e franciscanos na missão japonesa, a atitude a ser seguida por parte dos missionários perante o édito de 1587 foi um dos principais motivos de desavença. Os jesuítas optaram por uma política de não enfrentamento e, ainda que não tivessem obedecido a ordem de Hideyoshi ao pé da letra (afinal não partiram do arquipélago como ele pedira), passaram a exercer suas atividades com maior discrição, como explica o vice-provincial jesuíta de 1590 a 1600, Pero Gomez, na sua Relação de 1597:

⁵ Fr. Alonso Ximenez, Fr. Francisco de la Mina, Fr. Juan de Castro, Fr. Andres de Aguirre, Fr. Alonso de Paz, Fr. Luiz Granduelo, Fr. Juan de San Pedro Mártir. *Parecer acerca da invalidade do breve de Gregório XIII*. 28 de maio de 1593. In: CARLO, Agustín Millares e CALVO, Julián. *Testimonios auténticos acerca de los protomártires del Japón*, Mexico: Fondo Pagliali, 1954.



Desde o ano de 87, Taicosama, que então se chamava Quambacudono, senhor universal do Japão⁶, levantou perseguição contra a cristandade e contra os padres, mandando por públicos éditos que a lei de Jesus Cristo nosso Senhor se não pregasse em Japão (...)

Depois de consultar largamente entre si e com os mesmos senhores cristãos o modo que haviam de ter, procedendo com prudência e cautela que convinha em cousa de tão grande importância, e segundo a doutrina do mesmo Jesus Cristo nosso Senhor e prática dos santos em tempos de semelhantes perseguições, determinaram de mudar algum tanto seu acostumado traje, vivendo com mais encolhimento e como [...], escondidos pelos lugares e terras de senhores cristãos, mais para mostrar uma certa maneira de respeito aos mandados de Taicosama, conforme ao costume de Japão, que por cuidar que nos podíamos esconder.⁷

E essa era dessa forma que procediam quando os franciscanos iniciaram suas atividades no arquipélago, dez anos depois. Estes, por sua vez, imersos em seus ideais, ardente fervor e certos de que estavam protegidos pelas promessas de amizades firmadas com Hideyoshi, desdenharam da “prudência jesuíta” e, ainda que tivessem vindo como embaixadores das Filipinas, não se preocuparam em esconder sua atividade missionária, mas, ao contrário, buscavam demonstrar a grandiosidade de sua fé.

A política utilizada pelos padres para se manterem no arquipélago não era aprovada pelos franciscanos que os culpavam pela perda no número de cristãos, após 1587, acreditando que os membros da Companhia de Jesus tinham obrigação de se declararem publicamente contra o edito de Hideyoshi, como se pode ver das palavras de Jerónimo de Jesus, que afirmava que, quando o líder japonês “*determinó desterrarlos de su reino, y así lo mandó, y que los japonés renegasen la fe; lo cual hicieron multitud de gentes, por no haber un Padre que osase oponerse por muro y animar a los fieles en tan desastrado tiempo*”⁸. E foi assim que os frades agiram quando iniciaram suas atividades no Japão. Sem se importarem com os insistentes avisos por parte dos jesuítas e autoridades japonesas, construíram uma suntuosa igreja na capital, no terreno que

⁶ Refere-se a Hideyoshi.

⁷ Pero Gomez. 1597. Relação da nova Perseguição que no ano de 97 levantou em Japão Taicosama crucificando seis padres de São Francisco e três irmãos da Companhia e outros dezessete cristãos. In: ARSI, Jap. Sin. 52, fól. 271-271v.

⁸ Jerónimo de Jesus. Relación del glorioso martirio del Padre Fray Pedro Bautista y sus compañeros, embajadores y nuevos predicadores en el reino de Japón. 1597. In: PEREZ, Lorenzo. *Fr. Jerónimo de Jesus – Restaurador de las misiones del Japón, sus cartas y relaciones*, Archivum Franciscanum Historicum, XVI-XXII, 1929, p. 76.



receberam de Hideyoshi, não esconderam suas atividades missionárias, nem o fervor que tinham em fazer conversos.

Os jesuítas, por sua vez, faziam uma análise mais pragmática da situação, defendendo, portanto, a fuga e a dissimulação como estratégias válidas e necessárias para o melhor encaminhamento da missão sob aquelas circunstâncias. Contudo, os ataques que os mendicantes fizeram contra os jesuítas por recorrerem a tal estratégia foram massivos e os padres do Japão foram acusados de covardes e seus cristãos japoneses de débeis na fé, por fugirem e esconderem-se das autoridades japonesas. As acusações se multiplicaram após o martírio de 1597, afinal, porque nenhum padre jesuíta havia sido morto nesta ocasião? Teriam eles fugido covardemente, ou, ainda pior, mancomunado com as autoridades japonesas para expulsar finalmente os franciscanos do Japão.

As críticas foram tantas que, em 1598, o jesuíta português Sebastião Gonçalves escreveu de Goa um tratado denominado *Apologia em defesa dos Padres da Companhia de Japão*⁹, no qual defendia seus companheiros das vozes que os culpavam pela fuga enquanto os frades teriam se oferecido à morte.

A *Apologia* de Sebastião Gonçalves

Sebastião Gonçalves (1555-1619) foi um jesuíta português que dedicou praticamente todo seu trabalho missionário à Índia, jamais tendo pisado no Japão. Tendo iniciado seu noviciado em 1574, foi ordenado em 1588 e enviado a Índia, onde passou o resto de sua vida, em 1594. A escolha de seu nome e sua obra para ilustrar o pensamento jesuíta nessa apresentação não se deu pela sua particular proeminência, mas, pelo contrário, pelo desconhecimento no qual seu nome e obra caíram. As apologias e obras de acusação entre membros de diferentes ordens não foram escassas, mas não eram publicadas para que a querela entre as ordens católicas não fosse divulgada em uma Europa que já sofria com o cisma da Reforma Protestante. Contudo, no século XX, algumas dessas obras foram transcritas, em sua maioria por estudiosos jesuítas, e publicadas para o público historiador. Gonçalves é pouco citado na historiografia que se

⁹ O manuscrito foi transcrito e encontra-se publicado inteiramente em: MARINO, Giuseppe. Da fugida na perseguição o Apologia em defesa dos Padres da Companhia de Jesus de Japão, *Collectanea Christiana Orientalia*, 12 (2015), pp. 179-234.



dedica à missão japonesa e somente em 2015 teve sua obra transcrita e publicada pelo pesquisador italiano Giuseppe Marino¹⁰.

Ainda que as obras de figuras importantes da missão japonesa, como Alessandro Valignano, Luís Fróis, Francesco Pasio, entre outros, sejam mais óbvias para ilustrar o pensamento jesuíta por oposição ao franciscano para o caso da missão japonesa, a peculiaridade da obra de Gonçalves se dá no fato de ele centrar sua análise na defesa da fuga para os momentos de perseguição. Os capítulos que formam a obra são:

1. Se é lícito fugir à sanha do tirando no tempo da perseguição.
2. Se é lícito aos prelados e pastores pregadores fugirem no tempo da perseguição.
3. Se é lícito usar de meios humanos para escapar da fúria do tirano.
4. Se é lícito entregar-se ao tirano.
5. Se é lícito esconder-se enquanto dura a perseguição.
6. Se é lícito mudar o hábito no tempo da perseguição.

Gonçalves procurou desconstruir duas afirmações que os mendicantes insistiram em divulgar: que os jesuítas fugiram covardemente ao martírio e que os frades se ofereceram ao mesmo. A tônica de seu discurso se dá tanto na busca da *auctoritas*, através de exemplos bíblicos e de santos, para justificar a fuga, quanto na demonstração de que aquilo que chamavam de covardia era na realidade “prudência evangélica”.

O principal argumento a que Gonçalves recorrera era que a cristandade japonesa necessitava mais de pastores do que de mártires e, portanto, os missionários eram mais proveitosos vivos do que mortos. Assim, ele afirmava: “é logo lícito ao prelado e ao pregador ausentar-se quando sua vida é necessária às ovelhas e mais as ajuda vivendo que morrendo”¹¹. A fuga dos pregadores da lei de Cristo era então vista como um meio que resultaria em um maior fruto, já que a missão japonesa carecia tanto dos mesmos. Gonçalves evidencia aqui a principal característica que diferenciava os jesuítas dos franciscanos: o pragmatismo. Isso não quer dizer que ele justificasse os meios através dos fins, afinal os meios estavam fundamentados em exemplos bíblicos e de santos, mas a tática usada era escolhida por produzir um melhor resultado.

Nesse mesmo sentido, o autor defendia o uso de meios humanos que deveriam ser priorizados em relação aos divinos. Por essa razão ele afirmara que era lícito ao prelado

¹⁰ MARINO, Giuseppe. Da fugida na perseguição o Apologia em defesa dos Padres da Companhia de Jesus de Japão, *Collectanea Christiana Orientalia*, 12 (2015), pp. 179-234.

¹¹ *Ibid.*, p. 207.



fugir “para mostrar que não devemos tentar a Deus quando há meios humanos para fugir”¹². Ao recorrerem ao martírio, os franciscanos teriam aberto mão de tais meios para que, através do martírio, a missão japonesa prosperasse. Gonçalves chegou até mesmo a questionar se tais ações, provindas de uma imprudência, em seu entender, poderiam resultar em um real martírio – no sentido cristão da palavra – e, uma vez que este era incerto, o fruto de tais mortes também o seria.

A defesa da prudência como guia de ação para o missionário é, na retórica jesuíta, a demonstração de um pensamento pragmático que se manifesta com particular ênfase na oposição que faziam ao modo de ação mendicante no Japão e na China. Isso fica bastante claro na obra de Gonçalves, que sempre que recorria à necessidade do uso da prudência pelos missionários, optou por formas mais pragmáticas de ação, como é o caso da sua defesa da fuga, mas também do envio de presentes e embaixadas a tiranos¹³, ou do uso dos hábitos imitando os dos letrados na China¹⁴.

Conclusão

Com a abertura da missão japonesa para as ordens mendicantes do reino da Espanha, a partir de 1593, conseguida através da embaixada enviada pelo governador de Manila a Hideyoshi, a convivência entre franciscanos e jesuítas em solo japonês passou a ser uma realidade, apesar dos enormes esforços que os últimos tiveram para que isso não acontecesse. Os membros das diferentes ordens discordaram acerca de uma série de questões, mas uma das principais foi a política que deveriam adotar em um período de perseguição. Enquanto os jesuítas advogavam por uma postura mais discreta, mudando seus hábitos de religiosos e disfarçando suas igrejas, os franciscanos acreditavam que deveriam opor-se declaradamente a editos anticristãos, mesmo que isso resultasse em martírio. Em 1597, foi exatamente esse o resultado da política franciscana. Vinte e seis cristãos, sendo seis frades e vinte japoneses, foram crucificados em Nagasaki por não terem respeitado o edito de 1587, assinado por Hideyoshi.

¹² Ibid., p. 207.

¹³ “Digo secundariamente que é lícito para o bem da cristandade mandar embaixadores ao tirano e presentes, como fez Matheus de Albuquerque sendo vice-rei que foi da Índia, mandando grossas dádivas ao Taico e embaixador para que favorecesse a cristandade do Japão”. Ibid., p. 210.

¹⁴ “Na China usam os nossos padres não dos vestidos dos bonzos por ser gente desprezível, mas dos letrados por ser gente autorizada entre chinos e folgam de nos ver vestidos a seu modo e nos estimam como a letrados. E este é o modo mais acomodado para os ajudar nas causas da sua salvação”. Ibid., p. 232.



Após o martírio de Nagasaki, as acusações dos jesuítas, promovidas principalmente pelos frades franciscanos, se espalharam pela Ásia e Europa. Nesse contexto, uma série de obras foram escritas por jesuítas com o objetivo de defender a ordem e os obreiros da missão japonesa. A *Apologia* de Sebastião Gonçalves se insere nessa leva. Ainda que o autor nunca tenha ido ao Japão, ele escreveu uma obra na qual buscava defender a prática da fuga em contextos de perseguição. Ainda que ele se justificasse em exemplos bíblicos, seu principal argumento era fundamentado no resultado prático de cada ação: uma vez que a cristandade japonesa carecia de pastores, estes seriam mais proveitosos vivos do que mortos, portanto, era melhor que se escondessem do que morressem como mártires. A essa postura, denominei aqui como pragmática, por priorizar os resultados práticos ao invés do valor da ação em si.

Bibliografia

Fontes Primárias

Cedula del rey don Phelipe II por carta suya de Abril de 1586 para que no entren en Japón en otros Religiosos que los de la Compañía de Jesús, In: ARSI, Jap. Sin. 27, folio 8-8v.

Fr. Alonso Ximenez, Fr. Francisco de la Mina, Fr. Juan de Castro, Fr. Andres de Aguirre, Fr. Alonso de Paz, Fr. Luiz Granduelo, Fr. Juan de San Pedro Mártir. Parecer acerca da invalidade do breve de Gregório XIII. 28 de maio de 1593. In: CARLO, Agustín Millares e CALVO, Julián. *Testimonios auténticos acerca de los protomártires del Japón*, Mexico: Fondo Pagliali, 1954.

Jerónimo de Jesus. Relación del glorioso martirio del Padre Fray Pedro Bautista y sus compañeros, embajadores y nuevos predicadores en el reino de Japón. 1597. In: PEREZ, Lorenzo. *Fr. Jerónimo de Jesus – Restaurador de las misiones del Japón, sus cartas y relaciones*, Archivum Franciscanum Historicum, XVI-XXII, 1929.

Pero Gomez. 1597. Relação da nova Perseguição que no ano de 97 alevantou em Japão Taicosama crucificando seis padres de São Francisco e três irmãos da Companhia e outros dezessete cristãos. In: ARSI, Jap. Sin. 52, fol. 271-271v.

Sebastião Gonçalves. *Apologia em defesa dos Padres da Companhia de Japão*. 1598. In: MARINO, Giuseppe. *Da fugida na perseguição o Apologia em defesa dos*



Padres da Companhia de Jesus de Japão, *Collectanea Christiana Orientalia*, 12 (2015), pp. 179-234.

VALIGNANO, Alejandro. Sumario de las cosas de Japon, Jorge Alvarez-Taladriz (ed.), *Monumenta Nipponica Monographs*, no. 9, Tokyo: Sophia University, 1954.

Bibliografia de Apoio

ARNAIZ, Gregorio, Observaciones sobre la Embajada del Dominico P. Juan Cobo, *Monumenta Nipponica*, Vol. 2, núm. 2 (Julho, 1939), pp. 634-637.

BOXER, Charles Ralph. *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Berkeley: University of California Press, 1951 (1967 printing).

CORREIA, Pedro Lage Reis. *A Concepção de Missionação na Apologia de Valignano*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2008.

COSTA, João Paulo Oliveira. A Rivalidade Luso-espanhola no Extremo Oriente e a Querela Missionológica no Japão, *O Século Cristão do Japão: actas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Lisboa, Nov-1993.

KAWAMURA, Shinzo. *Making Christian lay communities during the "Christian Century" in Japan: A case study of Takata District in Bungo*, Thesis (PhD), Georgetown University, History Department, 1999.

MANZANO, Ainhoa Reyes. *La Cruz e La Catana: relaciones entre España y Japón (Siglos XVI-XVII)*, Tese (doutorado), Universidade de la Rioja, Departamento de Ciências Humanas, 2013-14.

MARINO, Giuseppe. Da fugida na perseguição o Apologia em defesa dos Padres da Companhia de Jesus de Japão, *Collectanea Christiana Orientalia*, 12 (2015), pp. 179-234.

TRONU, Carla. The Rivalry between the Society of Jesus and Mendicant Orders in Early Modern Nagasaki, *Agora: Journal of International Center for Regional Studies*, No 12, 2015.

SOLA, Emilio, *Historia de un Desencuentro*, España y Japón 1580-1614, Archivo de la Frontera: e-libros, 2012.